

Valdei Lopes de Araujo

Universidade Federal de Ouro Preto

valdeiaraujo@ichs.ufop.br

Uma experiência integral de vida acadêmica

Aluno da primeira turma do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, ingressei no curso logo após finalizar minha graduação, também na UERJ, iniciada em 1991 e concluída em 1995. Portanto, mesmo do ponto de vista limitado de aluno, pude acompanhar as idas e vindas do projeto, o grande esforço de parte do corpo docente, naquele momento ainda pequeno e com muitos professores recentemente doutorados. Era uma época em que ainda havia poucos doutorados em História; muitas vezes a tese coroava uma atividade de ensino e pesquisa, no lugar de iniciá-la, como é mais frequente hoje.

Para muitos colegas que moravam no lado "errado" da cidade, a UERJ talvez fosse a única instituição pública, à época, que oferecia cursos noturnos de graduação em História, fazendo-se, por isso, mais próxima e acessível. Assim, era uma opção natural tanto por permitir conciliar o curso com o trabalho quanto pela maior proximidade com essas outras "cidades" que habitam a cidade do Rio de Janeiro.

A UERJ surgiu como universidade urbana no interior de um projeto nacional-desenvolvimentista, com as suas ambivalências, em 1950. Mas é apenas nos anos 1970, com a inauguração do *campus* central, que seu traço moderno-conservador ficou mais visível. O projeto arquitetônico e urbanístico do *campus*, inaugurado em 1976, traduzia perfeitamente essa complexidade. Por um lado, projetava um acesso amplo e mais democrático à universidade, conectando-a com os subúrbios e oferecendo uma infraestrutura física integradora e sólida, que até hoje nos impressiona com seus equipamentos originalmente importados da Alemanha e projetados para uma ocupação não do "povo", em suas definições mais restritas, mas das grandes massas urbanas. Por outro lado, essa inclusão pressupunha um ensino superior mais voltado para o mercado de trabalho, em nome de um modelo de desenvolvimento econômico concentrador e tecnicista, com pouca ênfase na pesquisa. Isso começou a mudar ao longo da década de 1980, com as pressões da Capes e do Sistema Nacional de Pós-Graduação e de um grande esforço pessoal e institucional.

Como sabemos, as três décadas entre 1950 e 1970, no Brasil, foram marcadas, também na escrita da história, pelo debate em torno das teorias da modernização. Do nacional-desenvolvimentismo à Teoria da Dependência, permanecia a "retórica do atraso" como marca específica e traço de longa duração de como a experiência da modernidade foi traduzida **para e pelo** mundo ibérico entre os séculos XVIII e XIX. Mas foi também entre essas décadas que os fundamentos culturais e epistemológicos dessa retórica começaram a se desfazer. Aqui apenas apontaremos para dois aspectos da crise que levaria a esse cenário: uma primeira crise, de fundo epistemológico, atingia as funções cognitivas das metanarrativas, tornando possível, e mesmo necessário, questionar os relatos de modernização que sempre

fundamentaram os projetos de desenvolvimento da nacionalidade. Por outro lado, e talvez mais importante, uma crise de confiança no próprio projeto e nos valores da modernidade, por sua dificuldade em lidar com a diversidade e a diferença, que paulatinamente entravam no centro do debate no começo dos anos 1980.

Esse cenário de dupla crise, que tinha contornos ocidentais, talvez tenha tido seus efeitos complexificados no Brasil pelo processo de redemocratização iniciado no final dos anos 1970, que marcaria profundamente a década de 1980. Esse contexto deixou como saldo uma espécie de latência das amplas expectativas utópicas interrompidas e fermentadas ideologicamente pela experiência ditatorial. A crise do projeto moderno e a esperança de sua retomada no ambiente nacional dividiu a década de 1980 e conferiu-lhe uma ambivalência peculiar. Mesmo insatisfeitos com as metanarrativas e os valores modernos, os historiadores alimentavam a esperança de que o novo contexto democrático representaria a oportunidade de uma restauração utópica e uma correção de rumo que pudessem evitar seus efeitos colaterais.

A revisão do legado da Revolução Francesa promovida ao longo dos anos 1980 foi igualmente um ponto de inflexão, ainda que as expectativas em torno das comemorações permitissem esperanças de uma restauração, retomada ou regeneração dos projetos utópicos. Assim, muito da agenda historiográfica ocupava-se com a tentativa de uma retificação da grande narrativa moderna, daí a popularidade dos grandes debates teóricos de origem interdisciplinar que ficaram condensados na polêmica modernos *versus* pós-modernos.

Para minha geração pelo menos, o ano de 1989 aparece como um divisor de águas, pois fechou o ciclo comemorativo do grande evento mítico de nossa modernidade incompleta. Um ano em que o projeto mais radical representado na candidatura de Lula era derrotado nas urnas por um candidato cuja bandeira passava pelo fim das ideologias e, que, em novembro (dia 9), via cair o Muro de Berlim. Considerado retrospectivamente, o ano de 1989 parece convergir e encerrar o clima de restauração das utopias aberto pela redemocratização brasileira. No começo daquele ano, para muitos, a vitória do projeto mais radical do PT de Lula parecia bastante provável, mas, ao longo da campanha, essa realidade foi se tornando mais distante, e o ano encerrou-se com a eleição de um líder populista (Fernando Collor de Mello) com uma agenda neoliberal e o grande choque do colapso do mundo socialista com a queda do Muro de Berlim – fato, aliás, amplamente explorado durante a campanha eleitoral.

Desse modo, podemos dizer que a latência da ideia de regeneração e a retomada utópica de projetos modernos que foram uma das marcas do contexto de redemocratização no Brasil encerraram-se pela grande frustração da primeira eleição direta após a Ditadura e pelas medidas do novo governo que impôs confisco dos depósitos bancários, privatização de empresas estatais e demissão de funcionários públicos. Na década de 1990, o projeto de reforma do Estado levado a ferro e fogo por uma agenda neoliberal deixou claro que a modernização era um processo que já não comportava no Brasil uma dimensão utópica; era apenas a forma crua da realidade do presente. De certo modo, foi nesse contexto, e como egresso do movimento estudantil secundarista que, em 1991, fui aprovado no vestibular de História da UERJ.

Ao longo de sua trajetória, pelo menos desde os anos 1980, a UERJ soube, como poucas instituições, estar à frente dos processos de inclusão e democratização. Implementou, de forma pioneira, em 2000 e 2001, políticas de cotas para alunos de escolas públicas e raciais. Possui programas próprios de bolsas para alunos em diferentes frentes de ação. Foi com a minha primeira bolsa de iniciação científica,

recebida já no terceiro período (1992) para trabalhar em um projeto de Cléia Schiavo Weyrauch, docente do Departamento de Ciências Sociais, que pude reduzir minha atividade de trabalho e dedicar-me mais integralmente à vida universitária. O projeto intitulava-se "Imigração e Modernidade" e lidava com a colonização germânica promovida por Teófilo Otoni na região do Mucuri, Minas Gerais, na década de 1850. Foi por esse projeto que, em 1993, visitei pela primeira vez Ouro Preto e Mariana, sem nem desconfiar que, muitos anos depois, minha vida profissional estaria decididamente ligada a essas cidades.

O começo dos anos 1990 foi de uma intensidade histórica e intelectual ímpar. No mesmo andar da UERJ conviviam os cursos de Filosofia, Ciências Sociais e História. A interdisciplinaridade era a sala ao lado, onde se podia assistir a aulas de mitos da filosofia como Gerd Bornheim e Cláudio Ulpiano. Minha primeira orientadora era uma professora de Sociologia com formação também em História e profundo interesse pelos debates teóricos. Naquele momento, a polêmica modernos *versus* pós-modernos parecia estar no auge. Nesse primeiro projeto que foi sendo renovado, pude ouvir e aprender com figuras de proa como Sérgio Paulo Rouanet, Michel Maffesoli e Cornelius Castoriadis. Dois andares acima, ficava o Instituto de Letras, em cuja pós-graduação Luiz Costa Lima ajudava a formar uma geração de teóricos da literatura de primeira linha, que colocavam a nossa disposição grandes debates de envergadura internacional. Era um momento de grande energia em que jovens, como João Cezar de Castro Rocha, outro egresso da graduação em História da UERJ, ajudavam a dinamizar a vida intelectual no Instituto de Letras. Nesse espaço ouvíamos frequentemente figuras como Hans Ulrich Gumbrecht e Eric Aliez, além de muitos outros grandes intelectuais brasileiros destacados, tais como Ivo Barbieri, Ítalo Moriconi, Maria Helena, Rouanet, Roberto Acízelo, Silviano Santiago, etc.

O fato de o Departamento de História não possuir, à época, uma pós-graduação e estar em busca de sua identidade como espaço de pesquisa permitiu muitas trocas e uma abertura ao novo que não era possível encontrar em espaços mais consolidados. Pude acompanhar, como aluno, o surgimento de teses que seriam fundamentais para minha formação e atuação como historiador, em especial as das professoras Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. A minha entrada para o Programa deveu-se, em grande medida, ao trabalho inspirador dessas duas historiadoras. Não poderia deixar ainda de lembrar que tive aulas de História Contemporânea com Arno Wehling que, naquela época, era professor visitante na UERJ. Tendo tido aulas com Lúcia Guimarães, Arno Wehling e Manoel Salgado, a Teoria e História da Historiografia ia se tornando um destino.

Na UERJ, tive a oportunidade de viver a universidade como um espaço multidimensional, talvez por isso tenha me decidido não mais abandoná-la, seguindo a carreira do magistério superior. Além da graduação e do mestrado, colaborei em diferentes frentes acadêmicas: no Prodeman, uma agência de pesquisas sociais, aprendi com o rigor científico, quase artístico, de um Renato Müller. No Departamento Cultural, sob a direção da já citada Cléia Schiavo Weurauch, entendi melhor a importância da extensão na vida universitária. No Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho, no momento de sua implantação, sob a coordenação da incansável Sônia Faerstein, pude colaborar com a montagem de um projeto visionário. Pelo fato de a primeira turma do mestrado não ter recebido, à época, recursos da Capes, acabei colaborando como bolsista de aperfeiçoamento em uma pesquisa coordenada por Sonia Fleury na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). Foi a primeira experiência de atuação em um projeto coletivo interdisciplinar de grande envergadura. Pesquisávamos as Reformas Administrativa e do Estado no momento em que elas eram implementadas a ferro e fogo no Brasil. O impacto das privatizações aceleradas no Rio de Janeiro era

enorme, afetando a trajetória de vida de milhares de pessoas, em especial daquelas ligadas ao sistema bancário público; um lado trágico que não pode ser apagado de nossa história recente.

Todas essas experiências continuam decisivas em minha trajetória acadêmica. Na UERJ, aprendi que a vida acadêmica não se reduz a ensino, extensão e pesquisa, mas requer muito trabalho político e administrativo para criar e gerir as condições institucionais que possibilitam a esse espaço improvável continuar existindo e acolhendo as novas gerações. A universidade pública no Brasil é um espaço vigoroso e frágil. Nela, grandes projetos são desenvolvidos, mas ela pode também ser facilmente arrastada por interesses mesquinhos de ordem corporativa e/ou individual. Na universidade pode-se trabalhar muito, até demais às vezes, mas também é possível para alguns quase nada fazer, tratando-a como uma espécie de repartição pública em um eterno carnaval kafkiano, ou como simples aparelho do partido, ou do partido dentro do partido.

Aprovado pela Capes em 1995, o Programa culminou no processo de fortalecimento da pesquisa no Departamento de História, abrindo para os alunos grandes expectativas. Na época, foi uma decisão corajosa propor um mestrado inovador, programaticamente voltado para a chamada "renovação da história política". É bom lembrar que naquele momento a "história social" era ainda vista como a grande (e única) história. Mesmo outro programa "fora da curva", como o da PUC-Rio, tinha sua área de concentração definida como "História Social da Cultura". Não seria exagero afirmar que o retorno ao político e ao indivíduo como fenômenos historiográficos tem como marco, no Brasil, a criação do Mestrado em História Política da UERJ. Nesses vinte anos, essa aposta não cessou de se confirmar, o que prova não apenas a nota 5 que hoje o Programa possui na avaliação da Capes, indicando excelência nacional em pesquisa, mas também o vigor de um evento como a "Semana de História Política da UERJ" e o crescimento incessante da pesquisa nessas duas décadas de existência.

Entre 1997 e 1998, com pleno apoio do Programa, criamos uma das primeiras revistas científicas da área de história gerenciada por discentes. Ao lado dos também alunos André Nunes de Azevedo e Washington Dener, ambos docentes da UERJ hoje, fundamos a *Revista Dia-Logos*, recentemente reativada por novas gerações de alunos. Foi minha primeira experiência editorial, depois fundamental para minha colaboração na criação da *Anima*, na Puc-Rio, e da *História da Historiografia*, já como docente na UFOP. Na UERJ, ainda como aluno do mestrado, tive a primeira experiência no magistério superior, tendo ministrado aulas como professor substituto de Historiografia Brasileira e Teoria da História entre 1994 e 1995.

Nas aulas de Lúcia Guimarães e Lúcia Bastos tínhamos acesso a uma vasta e atualizadíssima bibliografia sobre os retornos e as viradas historiográficas. Em um ambiente de muita tolerância, liberdade e curiosidade intelectual, líamos autores que em outros lugares poderiam ser considerados indesejáveis – René Rémond, Hayden White, Lawrence Stone, Quentin Skinner, John Pocock, Reinhart Koselleck, Jean-François Sirinelli, François Dosse, Gadamer, entre outros. Com Maria Emilia Prado, discutíamos os grandes clássicos das teorias da modernidade e modernização; Bourdieu, Habermas, Weber, Marx, todos eram autores lidos, debatidos e incorporados, mesmo que indiretamente, às nossas pesquisas. Em meu caso, a experiência da "Modernização" via a projeção de uma cidade utópica, Filadélfia, e seu fundador, Teófilo Otoni, me permitia fundir essas leituras em um agenda que passava pela revisão crítica do projeto moderno, pelo esgotamento das utopias, pela reavaliação da ação individual na história e pela (auto)biografia como

discurso historiográfico. Nessa agenda, a história dos conceitos e das linguagens políticas, pioneiramente exploradas como ferramentas para a história política na UERJ, foi tomando dimensão central.

É no cenário de esvaziamento utópico do projeto moderno no Brasil, como apontado acima, que a recepção da história dos conceitos ganhará corpo. A história do processo de modernização perdia sua aura, seus contornos míticos, para ganhar em complexidade e incerteza. Dois eventos editoriais podem nos servir de marco desse processo: o primeiro, em 1992, foi a publicação na *Revista Estudos Históricos* da conferência de Reinhart Koselleck "História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos", traduzida por Manoel Luis Salgado Guimarães, não por acaso, historiador que se tornou referência para a ampliação do interesse pela História da Historiografia no Brasil. O segundo evento editorial foi a tradução brasileira de *Crítica e Crise*, iniciativa da Editora da UERJ em 1999. Como sabemos, *Futuro Passado* só ganharia uma edição brasileira em 2006. Desde meados dos anos 1990, a influência da História dos Conceitos e, particularmente de Koselleck tem sido crescente.

A experiência moderna do século XIX brasileiro precisava, nessa perspectiva, ser revista a fim de contrabalançar os obstáculos que a "retórica do atraso", em suas versões mais recentes, havia lançado à compreensão da história brasileira oitocentista. O retorno ao político era o retorno às fontes textuais que haviam produzido a primeira autoconsciência moderna no Brasil: os debates parlamentares, os panfletos, os jornais e as narrativas historiográficas mais do que os grandes textos de sistematização teórica, notadamente raros na tradição intelectual brasileira. Tratava-se de fugir do procedimento que se tornou típico entre nossos intelectuais de ocultar as continuidades não modernas no discurso filosófico dos países considerados centrais na história da modernidade (como Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha) e intensificá-las no debate Ibérico em geral.

Ao apontar a historicização progressiva como um dos traços definidores da modernidade, Koselleck afirmava a importância de problematizar a confluência entre a realidade histórica e sua representação de como essas duas dimensões do real passavam a ser codeterminantes com graus elevados de consciência na modernidade. Ou seja, o projeto moderno passava pela crescente centralidade da garantia das condições de produção do conhecimento histórico. Conhecer, representar e fazer história eram pontas articuladas de uma mesma atitude. Ora, a História da Historiografia surge como setor especializado de investigação no Brasil justamente quando a recepção da história dos conceitos vai tornando cada vez mais clara essa relação.

Nesse olhar retrospectivo que as comemorações permitem, podemos olhar para o prédio da UERJ, muitas e muitas vezes incompreendido em seu traçado funcionalista, rejeitado em uma cidade que cresceu acreditando-se pura natureza, e ver nele a presença fantasmática de uma modernidade que se recusa a passar. Ter tido o privilégio de escrever história a partir desse lugar de forças ambivalentes, de encontros e memórias, é um legado que não posso e não quero abdicar. Nessa arquitetura que se impõe com a violência da natureza, talvez suas rampas que cortam o espaço em múltiplas direções nos ofereçam a imagem de uma realidade histórica que não nos cansamos de complexificar e traduzir em sua diversidade.